

ENTREVISTA COM ANTHONY W. PEREIRA

CONTEXTO DE PESQUISAS EM SEGURANÇA PÚBLICA

GILSON MATILDE DIANA

ESCOLA SUPERIOR DE POLÍCIA - POLÍCIA FEDERAL - BRASÍLIA/DF

STENIO SANTOS SOUSA

ESCOLA SUPERIOR DE POLÍCIA - POLÍCIA FEDERAL - BRASÍLIA/DF



RESUMO

Esta entrevista com Anthony W. Pereira, diretor do Instituto Brasil do *King's College London*, aborda algumas questões sobre pesquisas em segurança pública e ciências policiais e os cenários no Brasil e na Inglaterra, bem como outros assuntos tangenciais. É uma entrevista que trata de diversas questões acerca de como se tem processado essas pesquisas sobre polícia em algumas localidades no mundo e o olhar debruçado sobre elas.

PALAVRAS-CHAVE: Pesquisa. Polícia. Segurança Pública. Ciência Policial. Brasil.

1. INTRODUÇÃO

O III SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS POLICIAIS E POLÍTICA CRIMINAL, ocorrido em Brasília/DF, no mês de setembro de 2019, constitui-se como ponto referencial em que esta entrevista se viabiliza. Convidado ao evento para discorrer sobre suas pesquisas relacionadas às políticas de segurança pública de nosso país, Anthony W. Pereira também aceitou, de muito bom grado, ser entrevistado informalmente, por meio de gravação de áudio, para nosso periódico científico. Posteriormente concordou com a transcrição, o mais literal possível, do que pudemos dialogar.

A entrevista ocorreu no dia 18 de setembro de 2019, em Brasília, na Escola Superior de Polícia da Academia Nacional de Polícia (CESP/ANP), tendo por principal escopo o contexto de pesquisas em

segurança pública e sobre ciências policiais no mundo, com foco no Brasil e no Reino Unido, onde o entrevistado reside e pesquisa. Acresce-se aos seus interesses científicos, dentre outros temas, política comparativa, democracia, autoritarismo, regimes políticos e regimes de mudanças, regras militares, movimentos sociais, cidadania e direitos humanos. Conduz, no momento, um projeto de pesquisa que envolve a evolução da Polícia Federal e outras instituições de *accountability* do Brasil, sobre o crescimento e a transformação do Estado brasileiro da década de 50 até os dias atuais.

A metodologia utilizada neste trabalho é a de entrevista semi-estruturada, num contexto que se aproxima muito de uma entrevista etnográfica¹, como uma conversa amistosa, privilegiando a fala e a espontaneidade das trocas, introduzindo-se paulatinamente novos elementos, deixando o entrevistado construir suas respostas de forma natural, organizando seus conhecimentos sobre os assuntos e temas da entrevista, o que pode ser pouco usual em periódicos em nosso país, mas de modo algum inédito em outras glebas. Participaram como entrevistadores os professores Mestre Gilson Matilde Diana e Mestre Stenio Santos Sousa.

Durante o processo dialógico não houve oportunidade de disponibilizar alguns relevantes dados biográficos do entrevistado, o que fazemos brevemente a seguir, com base, especialmente, em sua página oficial como professor do *King's College London*, disponível em www.kcl.ac.uk/people/anthony-pereira.

Anthony W. Pereira formou-se na Universidade de Sussex em 1982 com uma graduação em Política e, em seguida, em 1986, obteve um mestrado em Governo pela Universidade de Harvard.

Sua dissertação de doutorado em Harvard, defendida em 1991, envolveu pesquisas sobre organizações trabalhistas rurais no Nordeste do Brasil em dois períodos diferentes, entre o final da década de 1950 e início de 1960, e década de 1970 e 1980. As organizações trabalhistas rurais desempenharam um papel importante na política de ambos os períodos, e a dissertação baseou-se em arquivos de jornais, entrevistas

1 Conferir FLICK, Uwe. *Métodos Qualitativos e Investigação Científica*. Lisboa: Monitor, 2005, p. 93-97.

qualitativas, documentos governamentais e uma pesquisa com líderes sindicais para analisar a natureza e o impacto cambiantes desse papel.

Depois de concluir seu doutorado, Pereira lecionou na *Graduate Faculty of the New School for Social Research in New York City*. Em 1995, ele foi professor visitante na Universidade de Harvard e, em 1997-1999, professor visitante na *Fletcher School of Law and Diplomacy* da Universidade de Tufts, em Boston.

Em 1999 mudou-se para Nova Orleans, Louisiana, para ocupar um cargo no Departamento de Ciência Política da Universidade de Tulane. Durante esse período, ele concluiu seu segundo grande projeto de pesquisa, um estudo comparativo do tratamento legal do regime militar brasileiro a oponentes e dissidentes. Este estudo, com base em registros de tribunais e entrevistas, comparou o regime militar brasileiro (1964-1985) aos regimes militares na Argentina (1976-1983) e no Chile (1973-1990).

Diretor do *King's Brazil Institute* e Professor de Estudos sobre o Brasil no *King's College London*, na Inglaterra, suas pesquisas atuais relacionam-se com cidadania, direitos humanos, segurança pública e coerção estatal no Brasil, incluindo-se estudo sobre a ouvidoria da polícia, em dois Estados brasileiros, tida como uma instituição de direitos humanos relativamente mais recente, bem como uma análise de alguns recentes esforços para reformar a polícia. Pereira é membro do Comitê Executivo da Associação Brasileira de Estudos (BRASA) e comentarista ocasional da BBC Brasil.



S.S: Para iniciar, até para ambientar, a minha sugestão é que o senhor fale um pouco sobre sua relação com a Academia Nacional de Polícia. De que modo e desde quando ela se inicia?

A.W.P.: Primeiro gostaria de agradecer a vocês, esta oportunidade de estar aqui na Escola e na Academia. Começou, eu acho, que há alguns anos, nas conversas que eu tive com o adido da Polícia Federal em Londres, o Roberto Troncon. Por muito tempo, eu tive um

interesse no final da transformação do Estado e estudei nos anos 90, em Nova Iorque, com um sociólogo e historiador, chamado Charles Tilly (1929-2008)². Charles era um pesquisador com uma habilidade incrível de olhar as mudanças dos Estados no longo prazo. Um livro dele que eu gosto, e muito, se chama “*Coerção, Capital e Estados Europeus – 990 até 1992*”³, então uma tentativa de entender como os Estados europeus mudaram ao longo de mil anos. É um trabalho fantástico, e uma história central nesse livro, nessa análise, é a capacidade de o Estado, não necessariamente monopolizar, mas concentrar as forças de coerção. No caso europeu, a população foi basicamente desarmada. Meu país, por exemplo, é um bom exemplo, já que é muito difícil conseguir uma arma. No século 19, houve a separação entre Forças Armadas e os policiais. Creio que ontem, no seminário, um dos professores falou sobre Robert Peel (1788-1850) e a ideia de força policial dedicada à segurança pública. Essa capacidade aumentou muito no século 20, na época das guerras mundiais, mas também aumentou a concentração de coerção. Em uma conversa com o delegado Roberto Troncon⁴ e lendo a trilogia sobre Getúlio Vargas, fiquei espantado com a descentralização do Estado brasileiro nos anos da formação de Getúlio como político. Era tão descentralizado que as forças estaduais eram quase mais importantes que o exército nacional. Na Revolução de 30, Minas Gerais, por exemplo, minou as pontes em preparação à invasão das forças de São Paulo. O Rio Grande do Sul, Paraíba e Minas se levantaram para tomar o poder. Então é, para mim, um exemplo de um Estado que, logo depois da Revolução, teve seus líderes muito preocupados com essa tarefa, esse desafio de criar uma força coercitiva mais efetiva em nível nacional, no centro. E a partir dos anos 30, houve essa tentativa de criar um exército mais poderoso, subordinar as forças estaduais ao poder central. Para mim, a Polícia Federal tem um papel muito importante na segunda fase dessa tentativa, nos anos 60 e 70, de criar uma força policial realmente nacional, com alguma visão estratégica, mas também com capacidade para ser uma força policial nacional, não acho que o *London MET* seja um bom exemplo, talvez o FBI seja mais pertinente como modelo. O Roberto Troncon

2 Sociólogo, cientista político e historiador norte-americano.

3 TILLY, Charles. *Coerção, Capital e Estados Europeus*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

4 Delegado de Polícia Federal que, então, exercia a função de Adido Policial na Inglaterra.

falou algo muito interessante para mim, ele viu o aumento do poder do Ministério Público, por exemplo, como uma coisa basicamente constitucional, por meio das mudanças da Constituição. Mas a Polícia Federal era mais informal e isso levantou outra pergunta: como isso aconteceu? Se não foi dado pelo constituinte, como a Polícia Federal ao longo dos anos 88 e 2000, por exemplo, virou uma força muito mais importante, muito mais respeitada, com alta capacidade técnica e profissionalismo que era valorizado muito nos Estados. Menciono que eu estava pesquisando segurança pública no Nordeste, nos anos 2000 e, nessa época, eu notei que muitos governadores daquela região estavam chamando pessoas da Polícia Federal para comandar as secretarias de segurança pública. Era uma forma de reconhecer o trabalho da PF, não é? O profissionalismo e a capacidade da instituição pensar nas políticas públicas na área.

S.S.: Dentro de um posicionamento estratégico também, não é?

A.W.P.: Sei, sim.

G.D.: Nós chegamos a ter quase 20 secretários de segurança da Polícia Federal nos anos 2000, de 27 estados, chegamos a ter coisa de 15 a 20 secretários da PF.

A.W.P.: Uau, 20?! Impressionante! Quase universalizou. Só que é estratégico no sentido de que também cria uma vinculação ao poder central.

S.S.: Sim, sim, e já passando para segunda pergunta, ainda ambientando, como é que inicia sua carreira de pesquisador? Quais são as suas referências na área? Que momento que você percebe que tinha realmente se tornado um pesquisador e qual é o seu processo de metodologia de pesquisa?

A.W.P.: Ok. Boa pergunta! Eu sinto ainda necessidade de ler mais na área, a literatura sempre está expandindo. Estávamos falando sobre o Bayley (David H. Bayley) e vários especialistas sobre polícias?, acho que na minha disciplina, Ciência Política, os policiais eram os órfãos, não eram muito estudados. Muitas pessoas gostavam de estudar as forças armadas, por causa do prestígio, por causa do

envolvimento nas guerras. Em geral, poucos cientistas políticos estudaram os policiais. Acho que aqui o pioneiro foi Paixão (Antônio Luiz Paixão), um professor de Minas, que encontrei uma vez na ABCP (Associação Brasileira de Ciência Política), que escreveu muito sobre os policiais de Minas e era o orientador, de um colega, o Cláudio Beato, que agora tem esse Crisp (Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública), um centro importante. Mas eu notei também, e até tentei acompanhar, o crescimento dos centros sobre os policiamentos no Brasil entre anos 90 e 2000. O Crisp é um deles, além deles tem o NEV (Núcleo de Estudos da Violência) na USP, acho que o Cândido Mendes tem um centro, Jaqueline Muniz. Eu participei de alguns fóruns de segurança nacional. O fórum, creio que a última vez que eu estive foi lá em São Paulo, ano passado, é uma boa maneira de encontrar os policiais e acadêmicos da área. Quanto a metodologia, eu sou um pouco cético. Cético em relação aos modelos abstratos baseados na teoria dos jogos. Não sou totalmente contra, acho que eles geram modelos interessantes, que você pode comparar com a realidade. Mas minha tendência, em parte por causa dessa associação que eu tive com Charles Tilly, é olhar mais historicamente as mudanças de instituições, sendo às vezes importante como a racionalidade dos indivíduos dentro das instituições. Então isso implica entrevistas, como nossa entrevista ontem e trabalho no arquivo, por isso eu fui ao Arquivo Nacional, no Rio, ano passado, para tentar achar documentos sobre a Polícia Federal. Achei alguns documentos interessantes. Então isso não implica necessariamente um desdém aos modelos de teoria dos jogos, mas um certo grau de ceticismo, vamos comparar os dados empíricos e ver se os modelos coincidem com os resultados que nós temos. E, às vezes, para mim, a teoria dos jogos esquece o meio ambiente institucional do ator, pensa muito nas escolhas do ator, mas não as limitações das escolhas criadas pelos valores e incentivos da própria instituição.

S.S.: Isso é, com certeza, muito relevante. Professor, no caso, até por uma curiosidade, qual é a dificuldade de se tornar um pesquisador? Considerando a nossa escola como uma Escola de Governo que tem essa proposta de formar pesquisadores. Qual a dificuldade e quais são os caminhos que o senhor poderia sugerir para tornar mais fácil a formação de pesquisadores dentro de uma escola de governo?

A.W.P.: Boa pergunta, para mim é um meio ambiente cada vez mais difícil. Talvez seja só por causa da minha idade, mas uma tendência que eu noto no Reino Unido, e talvez aconteça aqui no Brasil também, que quando eu comecei em minha carreira acadêmica, era relativamente tranquila, em termos de fonte de pesquisa. Os administradores das Universidades estavam querendo publicações, não necessariamente preocupados com o dinheiro para fazer a pesquisa produzir publicações. Agora, pelo menos no Kings, os administradores são obcecados com o dinheiro que você vai capturar, mais, eu diria, mais do que com sua produção acadêmica depois. E tem muito mais dinheiro na área de exatas do que de humanas. Então há uma tendência de os professores de humanas migrarem para fazer o trabalho complementar a grandes projetos na área de ciências exatas. Exemplo, minha chefe é socióloga, mas trabalha na área de saúde em que a maioria dos pesquisadores desses projetos são médicos, químicos, bioquímicos, físicos. Eu não sou contra esse tipo de trabalho interdisciplinar, pode ser fascinante e, claro, tem fundações querendo financiar isso, mas para mim é uma inversão de valores pensar no dinheiro antes de se pensar nas perguntas interessantes.

S.S.: É a história do “*follow the money*”, não?

A.W.P.: Exato! Esse é o lema agora: “*follow the money*”. E isso cria um ambiente do qual eu estou um pouco blindado, porque sou um professor (veterano) agora, tenho 30 anos de carreira. Para um jovem, a pressão para conseguir projetos é muito intensa. Então você tem pessoas que tem três ou quatro pós-docs em seguida, e é sempre um curto prazo, vem essa pressão para conseguir dinheiro, e isso não é necessariamente propício para um projeto de pesquisa bem pensado no longo prazo e com perguntas consistentes. Isso é um desafio, acho que outro para mim é equilibrar vida familiar com pesquisa. Quando eu comecei no Brasil e pesquisei na zona da mata de Pernambuco viajando e visitando os sindicatos dos trabalhadores rurais em toda zona da mata, eu publiquei um livro sobre o assunto, quando voltei para casa, casei e tive dois filhos e que eu percebi rapidamente ser impossível fazer esse tipo de pesquisa, na zona rural do Brasil, morando em Boston. Então eu mudei da área para alguma coisa mais prática que fosse possível estudar.

G.D.: Esse estudo de campo com família é complicado...

A.W.P.: Complicado! Porque a beleza desse arquivo que eu achei do “*Brasil Nunca Mais!*”, é que era possível olhar, nessa época não houve câmera, não houve celular, era difícil “escanear”, mas eu fiz xerox todo esse arquivo e levei para casa. Era muito mais possível fazer pesquisa. Normalmente eles não mencionam isso nos livros, mas esses fatores são importantes na vida.

S.S.: Engraçado que hoje estamos numa sociedade da informação, em que o acesso à informação é imediato e, nada obstante, o senhor relata essa dificuldade com o acesso ao conhecimento.

A.W.P.: Talvez agora o problema seja que eu não tenha isso no Arquivo Nacional. Quando comecei a pesquisa em Pernambuco, por exemplo, eu sentei três meses no Arquivo Público anotando artigos no jornal, se chama Última Hora, porque era impossível fazer xerox por causa da delicadeza e do estado do papel. Também não tinha celular, então eram 3 meses com notas assim deste tamanho. Nessa visita ao Arquivo Nacional, agora, era possível baixar 60.000 documentos num “*hard drive*”, então, como você diz, tem-se tudo. Neste caso o problema é como selecionar, interpretar, fazer sentido. Eu acho que a inteligência artificial é uma ferramenta incrível, mas não tem uma consciência. Inteligência, você não pode delegar para a inteligência!

G.D.: As análises, não é?

A.W.P.: Fazer análises. Qual documento é mais importante para as perguntas que eu estou me fazendo? Não pode fazer isso! Você tem que sentar e ler. Mas isso talvez seja uma coisa boa, se fosse possível, eu acho que meus chefes no King’s delegariam à inteligência artificial produzir trabalhos, artigos, eles iam contratar essas máquinas e expulsar os próprios professores (Risos).

G.D.: Ele ia dormir, no outro dia acordava, e um artigo ia estar lá: “Vou descansar enquanto vocês fazem meu trabalho” (risos).

A.W.P.: Exato! (risos). Talvez no futuro vamos ter esse tipo de sistema.

G.D.: A gente vai ser só o responsável pela pergunta de partida, não?

A.W.P.: Exato! Liga a máquina e o artigo vai sair, não é? Mas não sei se nas suas publicações têm muita aplicação dessas tecnologias, porque meus alunos são muito melhores do que eu nessa área, por exemplo, “*scraping*”, acumulação dos dados, o “*big data*”. Eles adoram essas coisas. E, às vezes, eu acho que eles estão exagerando um pouco nessa ideia de “*data exame*”, não é? Quanto mais números, melhor. Quanto mais dados que você pode acumular melhor. Mas análise é sempre uma coisa humana, de perguntar algo e tentar produzir uma explicação, um argumento, um resultado, que acho que não é possível delegar para a inteligência artificial.

S.S.: Às vezes é aquela tentativa de apontar, de tentar superar a deficiência humana, o mito de que quanto mais dados mais eficiente, mais perfeita, mais aproximada, mais acurada será a informação. E às vezes você não precisa disso, correto?

A.W.P.: Sim! E você perguntou sobre metodologia, tem alguns jovens, que noto às vezes, eles começam com metodologia, certo? “Eu tenho essa ferramenta fantástica. Como eu posso usar isso?” Mas na pesquisa boa, você começa com uma coisa na realidade, com uma coisa no mundo real, então você pergunta e depois aplica a ferramenta. Mas é como uma pessoa que tem uma nova ferramenta e está doido para usar, a qualquer custo, não importando se é apropriada para a tarefa.

S.S.: Para o objeto de pesquisa?

G.D.: Esse pessoal está com esse termo, que eles têm chamado de “*empirical turn*”, não é? Essa virada empírica, “o dado, o dado, o dado...” E é muito grande. Assim, você tem esses usos, por exemplo, análise de discurso, o pessoal que faz, às vezes pega milhares de documentos em uma máquina trabalhando, buscando termos específicos para depois você olhar algum documento.

A.W.P.: Sim! No Reino Unido tem muito disso, na USP. Hoje tem uma máquina que está lendo, por exemplo, todos os discursos diplomáticos.

G.D.: É, eles fazem muito isso com a constituinte, o discurso da constituinte. Vão lá e pegam alguns temas...

S.S.: E às vezes tentam achar alguma coisa ali.

G.D.: E quando acha, ele identifica o documento, mas mesmo assim você ainda tem que ir ao documento para ver o que tem nele.

S.S.: Professor, fazendo uma breve pesquisa na sua vasta biografia, bibliografia, podemos detectar um interesse muito grande por temas como ditadura, repressão, cidadania, direitos humanos e segurança pública. O senhor até comentou que dentro das ciências políticas havia um interesse cotidiano por estudar mais a parte militar. O senhor já chega, talvez partindo desse ponto, e já vai chegando na segurança pública. O que que lhe levou a isso? Qual foi o ponto, assim, de mutação? O que o faz se direcionar por esse caminho?

A.W.P.: Talvez porque nessa pesquisa que eu fiz sobre justiça militar, a polícia foi a protagonista, porque eu estava lendo os casos em que juízes militares com um juiz civil estavam fazendo sentenças, julgando esses casos, e eu desenvolvi um interesse no papel dos policiais em tudo isso. Era, indiretamente, lá nos documentos, porque houve documentos do DOPS. Eu vi pouca coisa da Polícia Federal nesses arquivos. Mas o DOPS, às vezes a Polícia Militar, abriu uma área escura para mim. Eu estava formando, porque eu morei no Reino Unido e Estados Unidos, crescendo, e estudei nos dois países. Notei uma diferença muito interessante na interação entre as Forças Armadas e policiais, aqui no Brasil, em relação a lá. Por exemplo, talvez o Reino Unido seja mais emblemático nisso, era um país com exército menos importante do que a Marinha, não é? E o exército foi basicamente tirado do papel da força doméstica relativamente cedo na história europeia. Mas aqui vocês têm uma mistura interessante, por exemplo, acho que o Júlio César⁵ (então coordenador da Escola Superior) mencionou isso ontem, os policiais militares são reservas da...

G.D.: Força auxiliar do...

A.W.P.: Auxiliar, podem ser chamados, teoricamente.

G.D.: Em períodos de guerra eles podem ser acionados

5 Delegado de Polícia Federal Júlio César Fernandes dos Santos, então coordenador da CESP.

A.W.P.: E tem essa influência em termos de treinamento, da...

S.S.: Da doutrina em si.

A.W.P.: Isso! No modelo anglo-americano o policial é totalmente local, é um cara que mora na comunidade e tem essa noção de cidadão policial, aqui o policial militar é muito mais um membro de uma força estadual e não totalmente militar, mas militarizada. Então eu fiquei fascinado com essa diferença e se realmente faz diferença, porque Tilly ia escrever alguma coisa no outro livro, não esse que eu mencionei, mas um livro que se chama “*Democracia*”⁶, que para muitas pessoas a representação do Estado é o policial. Tem outras figuras, mas muitas vezes não temos...

G.D.: A primeira representação, não é? É o que está resolvendo os problemas imediatos, às vezes até, dependendo dos casos, de saúde pública. Um surto por exemplo. Chama a polícia!

A.W.P.: A briga doméstica, certo? Briga num bar. O representante do Estado muitas vezes é o policial, então a relação policial/cidadão é muito importante na experiência da democracia para as pessoas.

S.S.: Na Criminologia tem a teoria das tarefas restantes, do Garrido⁷, exatamente que a polícia vai resolver tudo que os outros organismos não conseguiram solucionar, acaba caindo para a polícia.

A.W.P.: Educação, saúde, é uma tarefa enorme. Uma responsabilidade às vezes exagerada.

G.D.: No Brasil nós estamos um pouco com esse fenômeno, vai e volta. Nós temos agora no Brasil a militarização de algumas escolas primárias e secundárias, principalmente no estado do Goiás. Tinha uma violência escolar muito grande, o que é que o governador fez? “Eu coloco a direção da escola na mão da polícia”.

A.W.P.: Alguém me mandou um vídeo sobre isso, um oficial do Exército dizendo que escola vai ter... Estados Unidos também têm essas escolas.

6 TILLY, Charles. *Democracia*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2013.

7 Vicente Garrido (1958-) doutor em Psicologia e graduado em Criminologia, autor de vários livros na área criminológica.

G.D.: Essa militarização das escolas.

A.W.P.: É popular. Acho que talvez Brasil e Estados Unidos são semelhantes nesse apelo popular das Forças Armadas, não?

G.D.: Pois é! Aqui o senhor mencionou os estudos de segurança pública feitos. O senhor conhece o Crisp, o NEV, talvez o CESeC? Os núcleos de estudo de violência do Rio de Janeiro. Brasília, também nós temos um. E como é que no Reino Unido têm se dado essas pesquisas sobre essas questões policiais? Elas funcionam semelhantes como aqui? São núcleos de estudo? Lá eu conheço o Spencer Chainey⁸, salvo engano da *University College London*, que é um sociólogo, ele esteve aqui também, é até um membro da nossa revista, membro do conselho editorial da nossa revista. Fala um pouco dessa pesquisa sobre a polícia.

A.W.P.: Eu vejo como um pouco polarizado lá, talvez como aqui também. Por exemplo, há uma conferência anual em Londres, sobre policiamento e criminologia. Eu sempre quis participar, mas é supercaro, você tem que pagar acho que duzentas ou trezentas libras, e tem muita empresa envolvida na segurança pública, “sorry”, na segurança privada, e tem muito criminologista que está buscando consultoria. É, às vezes, eu não estou criticando todos, mas há uma tendência de não ser muito crítico em relação a força policial que pode contratar você para pesquisa. Por outro lado, tem indivíduos mais isolados, que são supercríticos, não é? Por exemplo, marxistas, sobre criminologia, descrevendo os policiais como força da opressão e do sistema de classe. Eu vejo uma grande oportunidade para superar essa polarização e fazer um trabalho em um pouco menos exagerado nos dois lados, tentando entender os policiais compreendendo, como você disse, que muitas vezes os policiais não estão lidando com conflitos espontaneamente, sem necessariamente representar a noção de hierarquia das classes e opressão, etc. É uma generalização que tem que ser questionada. Por exemplo, tem a professora Fiona Macaulay⁹, não sei se conhece ela, Fiona dá aula numa escola que se chama “*Peace Studies*” em Bradford. Ela escreveu basicamente sobre prisões, mas também sobre policiais. Escreveu sobre as ouvidorias de polícia, que

8 Spencer Chainey é diretor de Ciência da Informação Geográfica do Instituto de Criminologia Jill Dando, no University College London.

9 A Dra. Fiona Macaulay é professora no Departamento de Estudos pela Paz, na Universidade de Bradford, Inglaterra.

também pesquisei, e acho que ela escreveu sobre SENASP e a tentativa, nos primeiros anos do governo Lula, de criar uma Secretaria Nacional de Segurança Pública. Tem um jovem, que se chama Sacha Darke¹⁰, que também estuda as prisões. Mas acho que tem muita insularidade lá, tem muitas pessoas que só estudam os policiais britânicos e não estão necessariamente comparando. Eu sei que tem um projeto muito interessante do NEV, que está fazendo um “*survey*” de jovens e interação de jovens, em São Paulo, com os policiais, usando algumas perguntas criadas no Reino Unido e comparando os resultados. Isso é um bom exemplo de uma tentativa de comparar. Mas eu acho que muitas vezes essas oportunidades de comparar são perdidas, porque o foco é exclusivamente o Reino Unido ou o Brasil.

G.D.: Eu escrevi um pouco sobre isso quando estava fazendo uma análise sobre audiência de custódia, e uma das questões de partida era justamente essa, assim, se a audiência de custódia não poderia ter um aspecto de tentar democratizar a atividade de polícia. Porque você está levando o preso a um juiz e tá sendo dirimida a circunstância desse contato, como falamos anteriormente, talvez um dos primeiros contatos do Estado com a população sempre é a polícia. Será que é não possível pensar numa situação em que ela se torna mais democrática, ou seja, democrática no sentido de mais próximo do “*demos*”, do povo? E ela, muitas vezes, ao mesmo tempo que se aproxima primeiro do povo nesse papel do Estado, acaba sendo afastada demais do povo. Como pensar essa questão de polícia e democracia?

A.W.P.: Sei. Eu acho que um alvo é muito importante. Tentar aproximar a população.

G.D.: Esse caso desse “*survey*” com os jovens mesmo, a polícia e o contato com os jovens. Será que não tem como pensar isso numa situação mais democrática?

A.W.P.: Sei. Acho que o NEV tem esse sentimento, que o espírito da pesquisa do NEV tenta aproximar os policiais com a população e encorajar que se veja também que muitas vezes a pessoa tem medo do policial e vai obedecer à lei porque tem medo de ser preso, mas não necessariamente

10 Sacha Darke é professor de Criminologia e codiretor do Centro de Pesquisa para a Igualdade e Justiça Criminal no Departamento de História, Sociologia e Criminologia da Universidade de Westminster.

porque ele aceita a legitimidade da ordem. Se você pode criar mais proximidade, acho que isso aconteceu no Recife, nos anos 2000, eles criaram um conselho de pais e o secretário da época convidou vários movimentos sociais para um diálogo a cada mês, para falar sobre as políticas públicas, as ações. Houve movimentos sociais que não estavam querendo participar, por exemplo, eu lembro que a GAJOP (Gabinete Assessoria Jurídica Organizações Populares), que é uma entidade de assessoria jurídica nos bairros pobres, simplesmente negou o convite, não aceitou. Mas acho que era uma tentativa boa de criar um diálogo. Eu participei também, em New Orleans, desse mesmo tipo de conselho. Os britânicos têm uma prática interessante, não sei se tem algo parecido aqui. São civis, chama CSO's, acho que "*Community Security Officers*", então são auxiliares dos policiais, voluntários, que andam em pares na comunidade e com, acredito eu, que têm alguma forma de se comunicar com os policiais. Uma ideia de criar uma organização entre os cidadãos cem por cento e os policiais, não é? Eles podem chamar o policial numa situação fora da capacidade deles. Eu sei que tem forças policiais que não gostam de fazer isso, não gostam de ter civis com esse tipo de papel, mas é uma tentativa de aproximação. O que está acontecendo lá é que também tem muitos cortes no orçamento, então é muito caro ver os policiais na rua, e tem unidades especializadas para lidar com o crime organizado, terrorismo, que são mais e mais armadas. Quando eu era criança era quase impossível ver um policial armado lá em Londres, agora a cada semana eu vejo dois caras.

S.S.: Cada vez mais armados.

A.W.P.: É! Porque eles querem responder rapidamente a um ataque. E às vezes isso cria também um pouco mais de distância.

G.D.: Distanciamento, certo?

A.W.P.: Distanciamento, é.

S.S.: Esse conceito das duplas me lembra muito uma que aqui eles chamam de Cosme e Damião.

G.D.: Cosme Damião. Aquele policiamento em duplas.

S.S.: E a aproximação seria conceito de polícia de aproximação, polícia cidadã, polícia comunitária. São ideias, são conceitos que têm

sido muito mais empregados na Polícia Militar do que nas polícias de investigação. Que talvez, vendo aqui em perspectiva, seria um pouco semelhante ao que você está colocando.

A.W.P.: Semelhante, não é?

S.S.: De ter uma polícia que faz esse trabalho mais de cidadania, de aproximação, e outra que está mais armada, mais distante e fazendo trabalho de investigação e, às vezes, aquele de ordem pública, correto?

A.W.P.: Sei. É importante porque é uma outra dimensão de trabalho policial.

S.S.: Considerando os estudos que o senhor fez no passado, comparado, sobre o regime militar no Brasil, de 64 a 85. Na Argentina, 76 a 83, e no Chile, 73 a 90, quais os impactos que tais períodos causaram no olhar do cidadão em relação a polícia em cada uma dessas nações? Se é que o senhor tem esse parâmetro. Consegue ver algum tipo de impacto que o regime militar, nesses países, causou no olhar que se tem hoje da polícia em cada um desses países?

A.W.P.: Boa pergunta! O Júlio César mencionou ontem os carabineiros. Que é uma força superinteressante, uma força nacional com nível de aprovação relativamente alto. A população chilena em geral tem confiança neles, ou o grau de confiança acima do grau de confiança que você vê aqui nos civis. E é, logo depois da transição, ainda subordinada ao Ministério da Defesa. Demorou para transferi-los para o interior para ser subordinado a um ministro civil, mas os três países têm algumas coisas que são semelhantes, que é essa desconfiança por causa da repressão, o papel dos policiais na repressão. É muito mais visível no Chile e na Argentina do que aqui. Por exemplo, quando eu estive no Chile e na Argentina, nos anos 90, você pega um jornal e já vê memorial à alguém desaparecido. Então é muito mais presente na cultura, mas acho que nos três países também criou-se um certo grau de polarização, em que pessoas lutando para a reforma do sistema de segurança pública estavam presas ao passado e à história da repressão. Então, em vez de propostas positivas eram, muitas vezes, puramente negativo, policial não pode fazer isso, e não pode usar violência e não pode... em vez de se pensar como criar positivamente um novo padrão.

E no outro lado também, pessoas dizendo que não se precisa de reforma nenhuma, não é? Que “*mano duro*”, como se chama no Chile e na Argentina, é uma política efetiva que se deve manter? O “*bonaerense*” força policial da polícia de Buenos Aires, é um pouco disso, “vamos continuar com essa violência”. A partir dos anos 90, parece que essa polarização diminuiu um pouco. Eu gostei muito do livro do Luiz Eduardo Soares¹¹ tentando superar essa polarização. Ele disse “olha, não dá para simplesmente criticar, você tem que propor algo novo, e tem que aceitar o papel dos policiais, propor alguma forma.” E no outro lado, importante, através da pesquisa, porque quem escreveu sobre isso foi um cara que se chama Paul Chevigny¹², ele tem um livro chamado “*Edge of the knife*”, o lado da faca. Ele cita estudos criminológicos dos Estados Unidos nos anos 60 que mostrava que a letalidade policial não diminuiu o nível de crime. Essa ideia de que matar bandido vai criar segurança era mostrada nesses dados como pouco efetiva. Então, acho que para mim a tentativa do Luiz Eduardo Soares era superar essa polarização, quer dizer, ele durou pouco tempo no governo federal, durou só nove meses. Quando estava visitando a SENASP, nos anos 2000, ouvi muitas pessoas trabalhando lá que ainda gostavam das ideias dele, ele estava tentando implementar com essas ideias que você mencionou, policiamento comunitário, proximidade com a população, diálogo através dos conselhos, essas ideias que não são puramente ideias bonitas relacionadas à democracia. Também pode ter alguma efetividade dentro da eficiência e solucionar crimes. Isso é outra polarização que temos que superar, essa ideia de que dialogar é bom em si, é simplesmente um ato para mostrar boa vontade e criar uma força policial ligada aos cidadãos. É operacional também, tem um lado operacional. Acho que é melhor não esconder isso. E dizer que a informação da população é superimportante. Isso foi um lado muito negativo do policiamento na cidade de New Orleans. Era uma cidade pequena, que sofreu mais de trezentos homicídios a cada ano e na grande maioria ninguém era processado porque a comunidade tinha medo de falar. Ninguém estava querendo falar sobre um homicídio que eles tinham visto e que um traficante de droga era responsável.

11 Luiz Eduardo Bento de Mello Soares (1954 -) é um antropólogo, cientista político e escritor brasileiro.

12 Formado pela Universidade de Yale e pela Harvard Law School, Paul Chevigny inicialmente dedicou seus estudos aos problemas sociais e políticos subjacentes aos abusos da polícia.

S.S.: E não fala por quê?

A.W.P.: Porque ele ia retaliar. O sistema de proteção de testemunha era completamente fraco. Não ofereceu proteção real.

S.S.: Não havia um sentimento de segurança, havia um sentimento de insegurança em relação a resposta estatal?

A.W.P.: Exato! Isso mostra que é a lei do silêncio, certo? O policial chega lá, quase no momento do crime, ninguém viu nada, então o índice de qual é mais fácil para o policial fazer é o pequeno porte de droga, pequenos delitos, isso é fácil processar e condenar. Homicídio era um lado muito fraco dos policiais lá, em parte por causa dessa relação social, mas o medo...

S.S.: Mas mudou?

A.W.P.: Não!

S.S.: Continua semelhante?

A.W.P.: Sim! Inclusive eu estive em New Orleans, em 2015, salvo engano, fui num evento, convidado do FBI, e o que se colocava é que é uma cidade, um estado diferente do restante dos Estados Unidos. Exatamente, é que você iria parar ali e que não seria exatamente um Estados Unidos, uma coisa distinta, não é? Logo depois daquele Katrina, que teve o...

A.W.P.: Sim! Tem muita afinidade com Caribe, com América Latina, influência colonial dos franceses, Espanha.

S.S.: De alimentação, de músicas, de tudo assim. Até o clima é bem quente, é bem diferente mesmo.

A.W.P.: Sim! É uma outra cultura.

S.S.: E em relação ao Luiz Eduardo Soares, uma observação que ficou aqui para mim é que no Brasil há uma cultura de imediatismo, de querer resolver logo. Assim, se você tem um planejamento de longo prazo, naturalmente o seu prazo termina sendo curto. Que

é o que acontece, de forma bem exemplificativa, nos times de futebol. Então, o técnico que não dá uma resposta imediata é logo: rua! Então percebemos, principalmente na Europa, que há um planejamento, pelo menos um pouco, de mais longo prazo. Talvez isso ocorra por ser o continente mais antigo, enquanto o nosso ainda é bem jovem em um sentido de formação histórica

A.W.P.: Em termos de governança, os ingleses, por exemplo, tinham uma estrutura superinteressante, porque nos Estados Unidos você é eleito a prefeito e ele indica um chefe de policiais, como aqui. Lá, no nível do estado, é semelhante aqui, mas lá eles têm um conselho de policiamento, que é multipartidário. O mandato do comandante policial é totalmente diferente do mandato das autoridades locais e você tem essa ideia de que o policiamento não é partidário, tem que ser multipartidário e de longo prazo. O governo Cameron¹³ tentou criar prefeitos eleitos, não há essa tradição no Reino Unido, e com o poder de indicar o comandante policial, essa reforma fracassou totalmente porque ninguém estava querendo votar nessas eleições, eles não acharam que era um modelo. Por isso eu acho que foi iniciado em algumas cidades e abandonado depois. Em Pernambuco por exemplo, um Governador criou núcleos de atuação junto a policiais militares e a polícia civil. Quando o novo governador entrou ele disse: “isso não tá dando certo, vamos abandonar todos esses...”. então todos os gastos para criar esses novos foram...

S.S.: Simplesmente abandonados.

A.W.P.: É. Porque ele quis mostrar que ele estava fazendo outra coisa.

S.S.: Tem um trabalho que o senhor escreveu que se chama “*Public Security, Private Interests and Police Reform in Brazil*”, é de 2008. Considerando esse trabalho, qual é a sua visão sobre a segurança pública no Brasil após a Constituição de 88?

A.W.P.: Esse capítulo termina com três cenários para o Brasil na área de segurança pública: um cenário era o Estado seguir o modelo dos Estados Unidos, que tem muito encarceramento, população prisio-

13 Do Primeiro-ministro David Cameron, na Inglaterra, de 2010-2016.

nal grande, com muitos custos e uma população mais e mais armada. Eu vinha tentando propor um modelo diferente, mais socialdemocrata, com menos ênfase na prisão para pequenos delitos, mais tentativas de ressocializar os presos com penas alternativas e alternativas à prisão, assim como a uma população menos armada e não mais armada. Foi a época do referendo, 2005.

G.D.: Sobre armas, sobre a comercialização de armas.

A.W.P.: É. Que fracassou, não é? Meu amigo na época, Jorge Zaverucha, da Universidade Federal de Pernambuco, era altamente contra essa proibição das armas. Ele estava brigando comigo o tempo todo: “eu quero, eu tenho uma arma em casa, eu quero esse direito de defender minha família”. E eu tentei, como cientista social: “olha, faz correlação, olha onde a população está altamente armada, olha a diferença na taxa de homicídio, blá, blá, blá”. Não o convenci (risos). E também a população do Brasil não aceitou essa ideia, mas era uma tentativa. Outro cenário era a “colombianização”, com várias Forças Armadas não estaduais lutando dentro do território nacional, o que também não é um cenário bom para o Brasil. E parece que foi na época do PCC, o levantamento do PCC em São Paulo em 2006 era um espectro, uma coisa que...

G.D.: Muito próxima, não?

A.W.P.: É! Então, todo mundo olhando a possibilidade desse tipo de fragmentação do poder coercitivo. Para mim o modelo social-democrático é uma tentativa de evitar os extremos dos outros dois modelos, mas, às vezes, morando na Europa, posso ser acusado de aplicar um modelo totalmente inconsistente com a vida real das pessoas no Brasil, isso é sempre um perigo. Então, eu tentei sugerir suavemente que existe essas escolhas e não apenas aparecer como uma pessoa dizendo: “olha, você tem que fazer isso” (risos). Sempre sendo delicado quando você não é brasileiro e está escrevendo sobre o Brasil.

S.S.: Sim! Tem outro trabalho interessante de internet que o senhor escreveu com o Jorge Zaverucha: “*America or Americas?: Democracy, Citizenship, and Police. Procedure in New Orleans, USA and Recife, Brazil*” que foi inclusive um “paper” que o senhor apresentou

num congresso latino-americano de estudos, associação, em 2004. O senhor poderia mencionar quais são as principais conclusões que o senhor tirou a respeito nesse “paper”?

A.W.P.: Uma conclusão é semelhante a sua, que New Orleans tem mais afinidades em algumas áreas de segurança pública, como América Latina, que o resto dos Estados Unidos. Por exemplo, muito homicídio, baixo nível de solução desses homicídios, medo de testemunhar nesses casos. E foi uma tentativa, porque comecei a fazer essa pesquisa quando, atrás da minha casa, uma jovem, uma menina que estava sentada...

S.S.: Em Recife?

A.W.P.: Não! New Orleans. Bem perto da minha casa, deu para ver onde ela sentou, e ela estava com um jovem, ela tinha 12 anos e o jovem 16 ou 17. Ela estava conversando e um cara se aproximou, atirou, não atingiu o menino, mas matou essa menina. E eu lembro, vendo esses balões, os memoriais a essa jovem, e pensei: “puxa...”, então comecei, compulsivamente, a ler no jornal os casos de criminalidade na cidade. Acho que dois anos, eu estive lendo todos os artigos no *Times-Picayune*¹⁴. E Jorge estava fazendo uma pesquisa semelhante sobre homicídios no Recife. Nessa época, não sei quais são os números agora, mas nessa época eram 3000 na região metropolitana do Recife. A população era em torno de 2, entre 2 ou 3 milhões, então era uma taxa levemente alta. E se você faz distinção, por exemplo, do jovem na periferia, é entre 15 e 25, é uma taxa ainda maior. Uma conclusão era que os problemas eram semelhantes, não é? Muito semelhantes. E uma coisa que eu não sei se aconteceu quando você esteve em New Orleans, mas o FBI, os federais, tentaram uma intervenção no NOPD, no *New Orleans Police Department*, para vários anos. É uma solução um pouco extrema, mas o FBI toma conta da força policial, observa o procedimento e, só depois que algumas coisas melhoram, eles deixam a força policial sem essa intervenção. Isso foi iniciado porque um policial mandou matar uma mulher, houve vários excessos dos policiais. Então, uma coisa que nós discutimos nesse artigo foi se é possível fa-

¹⁴ The Times-Picayune é um jornal diário publicado em Nova Orleans, Luisiana, Estados Unidos. Seu nome, que é amplamente reconhecido entre os jornalistas em todo o país, é um ícone da vida em Nova Orleans e seus arredores. Recebeu o Prêmio Pulitzer de Serviço Público em 1997 e 2006.

zer intervenções federais em alguns estados onde se tem problemas. A Força Nacional foi mandada a alguns estados e, às vezes, crimes são classificados como crimes federais para permitir a operação da Polícia Federal. Mas não é, num país tão grande como o Brasil, necessariamente fácil usar esse mecanismo, acho que a última vez foi, além do Rio de Janeiro, o Espírito Santo onde houve alguma intervenção, correto? No ano passado, o exército...

S.S.: Talvez tenha sido em 2016, quando teve aquele evento que a população saiu...

G.D.: Isso, que teve uma greve. Houve mesmo uma intervenção em 2016.

S.S.: Uma greve da Polícia Militar. A nossa Suprema Corte proibiu. A polícia não pode fazer greve.

A.W.P.: É ilegal, correto?

S.S.: Aqui não pode, nem a Polícia Civil, muito menos a Polícia Militar.

A.W.P.: No Reino Unido também é ilegal.

S.S.: Considerado um serviço essencial, então não pode parar.

A.W.P.: Lá é ilegal também, mas a atuação dos policiais na violência em 2011 era um pouco, vamos dizer, não muito robusta. Estavam com raiva do governo por causa dos salários e eles observaram muita coisa sem intervenção. Isso é visível nos vídeos da época.

S.S.: Na sua opinião, considerando, lógico, um olhar de fora, o senhor passou também um período morando no Brasil, em Recife, fazendo pesquisa, o senhor acha que existe uma necessidade de reforma da polícia no Brasil, a partir da sua visão? Caso o senhor entenda que exista essa necessidade, aí a pergunta é: a necessidade seria mais conceitual, ou seja, o modelo que se está usando aqui no Brasil parece que não é o melhor, não é o mais adequado, ou seria uma necessidade de uma forma mais estrutural, no sentido de que faltam recursos mínimos? Número de policiais, material, tecnologia, etc., para o exercício dessa função?

A.W.P.: Vou ter que discordar um pouco do Júlio César, e eu sei que minha opinião não é necessariamente relevante nesse debate (risos), mas eu estou em favor de uma leve desmilitarização dos policiais militares. Na minha visão, a organização dos policiais militares, às vezes, é muito mais ligada à defesa do Estado e da ordem pública, de proteção das autoridades estaduais, do que a segurança dos cidadãos. O modelo da Polícia Federal, por exemplo, é muito mais próximo ao modelo civil, de investigação. Eu sei que isso é controverso porque é difícil modificar os policiais, porque é uma coisa constitucional, você tem que mudar a Constituição, e tem muitos blocos no Congresso em favor do status quo, mas, para mim, se fosse mais flexível o emprego das praças, do policial militar, pode aproximar um pouco mais as comunidades. Eu achei um jovem major da Polícia Militar em Recife, ele nasceu numa favela chamada Coque e nos levou para essa favela. Ele nos disse: “eu quero uma presença permanente de policiais militares”. Isso foi antes das UPP’s (Unidades de Polícia Pacificadora). Ele disse: “eu quero uma presença policial aqui, porque nós entramos, assim, com a arma sacada de vez em quando, as gangues estão aqui o tempo todo, então as pessoas têm medo de falar comigo publicamente, porque elas estão aqui mais do que nossa força”. Ele pediu ao superior que o permitisse criar um posto nessa favela do Coque, os policiais militares se instalarem permanentemente. E foi negado: “olha, eles vão ser subornados, eles vão ser cúmplices de crime organizado, não vai dar certo”. Mas ele estava vendo uma necessidade. E talvez isso seja totalmente um engano, mas minha ideia é: desmilitarizando os policiais militares você cria mais flexibilidade. Experimentar esse tipo de modelo, em vez de concentrar as forças numa, como se chama os “*barracks*”¹⁵? Porque isso foi uma coisa que me surpreendeu também, no quartel do Derby, no Recife, eles têm um enorme centro de Polícia Militar e todo mundo fica fazendo continência (risos). Todo mundo concentrado, como se fosse um batalhão preparando uma guerra.

S.S.: É a doutrina. De você estar focado no inimigo em vez de estar focado na proteção do cidadão. Pode ser que, pelo fato de ser militar, está focado mais no inimigo do que na defesa do cidadão.

A.W.P.: Eu vi isso muito na Justiça Militar também, as penas para desobediência de autoridade, qualquer coisa ligando o praça ao

15 Quartel militar construído para abrigar soldados.

superior oficial era tratado relativamente com dureza, mas coisa envolvendo civil nem tanto (risos). Essa divisão era clara, a preocupação era ordem e hierarquia dentro da corporação.

S.S.: Talvez a doutrina não seja mais importante, não é? O senhor acha que é possível fazer uma comparação da polícia no Brasil e no Reino Unido, considerando as nossas grandes diferenças de realidade econômica e social, demográfica, geográfica, etc.?

A.W.P.: Acho que sim. Especialmente se for uma coisa mais focada, por exemplo, a Polícia Militar e a MET (Metropolitan Police) ou com uma unidade dentro da MET, porque o Brasil é um país de, como se chama, renda média e está cada vez mais rico em termos de PIB, tem uma população muito diversificada e acho que a Polícia Federal aqui lida com problemas que são semelhantes com muitos problemas de lá: tráfico de drogas, o terrorismo talvez não esteja na agenda como está lá, mas deve ser uma preocupação pelo menos para inibir isso, esforços de crime organizado, que são armados e que estão traficando pessoas também, isso é muito comum entre Europa do leste e Reino Unido. Então tem algumas áreas em que a troca de experiências pode ser muito relevante, apesar das diferenças. O Brasil é um país continental, e também a questão regional é muito importante, porque hoje em dia, com todas essas redes transnacionais, a ideia de policiar só um território, sem ligação com os vizinhos, não é sustentável. Então, a troca de experiências para vocês: Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru ou todos os vizinhos, é crucial como é para o Reino Unido. Isso é uma grande preocupação do *Brexit*¹⁶, se a comunicação entre policiais vai funcionar como funcionou antes. Em termos de troca de informações, porque é muito fácil, onde eu moro posso chegar em Paris mais rapidamente do que em Manchester. Eu estou mais perto da França do que a maioria do resto do país. Então essas pessoas que atravessam a fronteira formam um fluxo enorme. Eu falei com um diplomata do Peru e ele alegou que há acordos formais entre o Brasil e outros países para coordenar as ações nas fronteiras, mas eles não necessariamente funcionam. Estou só citando ele, não tenho dados empíricos para verificar, mas as vezes é difícil pôr em prática as intenções desses acordos, em termos de coordenação.

16 A saída do Reino Unido da União Europeia (UE) é apelidada de *Brexit* originada na língua inglesa resultante da junção das palavras BRitain (Grã-Bretanha) e EXIT (saída).

S.S.: E essa experiência da Europa com certeza é uma grande experiência que poderia colaborar nessa tentativa de reforçar tanto a cooperação internacional aqui no bloco do Mercosul, quanto a própria ideia de proteção de fronteiras, crimes transfronteiriços, que são uma realidade muito mais comum. A Europa vivencia isso quase como se fosse um país só, não é isso?

A.W.P.: Sim! E deve ser um lugar onde muita droga daqui chega, porque tem demanda lá e deve ser um problema muito...

S.S.: Certamente! Na América Latina, se o senhor fosse mencionar um modelo de polícia que mais lhe agrada? Dos que o senhor conhece.

A.W.P.: Como um modelo bem-sucedido?

S.S.: Isso!

A.W.P.: É difícil, às vezes, apontar modelos bem-sucedidos, o perigo em misturar condições sociais que são totalmente diferentes com a própria atuação dos policiais. Por exemplo, nós nos estudos da América Latina, sempre falamos que os Estados mais aparentemente eficientes são Costa Rica, Uruguai e Chile. E também tem a taxa de homicídio relativamente baixa, mais confiança nos policiais. Mas também são países muito pequenos. É como comparar Suécia com Estados Unidos.

S.S.: E nesses países a desigualdade é também inferior, correto?

A.W.P.: Exato! São sociedades de classe média.

S.S.: Se você for comparar a desigualdade nos Estados Unidos com o Canadá, você tem também uma diferença muito grande em termo de taxa de homicídio e de criminalidade em geral.

A.W.P.: Exato! Às vezes, estudos das cidades são mais reveladores do que estudos das nações inteiras, porque eu lembro que houve um estudo sobre a comparação de Vancouver, no Canadá, e Seattle, que são cidades com várias coisas em comum, mas no outro lado da fronteira entre Canadá e Estados Unidos. Mas não sei se aqui tem uma ideia de expandir a força da Polícia Federal para ter algo semelhante

dos carabineiros, por exemplo. Mas isso é o problema que eu tenho com essas comparações, que você vai misturar...

S.S.: Existem outros aspectos que terminam por influenciar. E assim, quais seriam os aspectos para se optar por um determinado modelo de atividade policial? O que que seria relevante para fazer uma escolha? Quando pensamos que existem diversos modelos nos países, tão diversos quanto são os próprios países muitas vezes. O senhor acha que é algo intuitivo ou ele termina nascendo de aspectos da sociedade que terminam por aflorar num modelo específico daquela nação? O que surge primeiro, é o modelo policial ou é o tipo de sociedade?

A.W.P.: Na minha experiência estudando História é relativamente raro um momento na história em que as pessoas questionam as instituições, de uma maneira radical. Normalmente as instituições estão no auto piloto. As pessoas assumem que: “isso é normal, como as coisas estão”. Então, só em crises, as pessoas questionam o modelo. Então, relativamente, eu estou tentando pensar num exemplo de uma mudança radical em termos de policiamento, resultado de uma crise. Porque dentro do Brasil também tem diferenças, correto? Por exemplo, no Sul, os índices sobre brutalidade policial são bem mais baixos do que no Rio de Janeiro, por exemplo, ou no Nordeste. E acho também que mais comum do que questionamento radical é o “incrementalismo”, pequenas reformas. Porque aqui, quando eu comecei a estudar o Brasil, houve pessoas falando sobre a convergência da Polícia Militar e da Polícia Civil, criar uma força única. E aconteceu isso só no nível do gerenciamento, na cúpula. O SENASP estava promovendo isso, logo, uma evidência de cooperação nos diretores. Acho que estou perdendo o “feeling” um pouco, a pergunta era sobre...

S.S.: Modelos de polícia mesmo. Acontece que terminamos por desenvolver a pergunta para o “de onde” surge esse modelo. Se ele surge como uma imposição do poder daquele momento ou se a sociedade que termina, de acordo com suas próprias demandas, por criar o modelo policial? Quer dizer, ele nasce de cima ou nasce das necessidades sociais? Mais uma reflexão mesmo, assim, filosófica, sociológica, o que seja.

A.W.P.: Sei, acho que daria. O Reino Unido tem alguns exemplos de uma demanda por baixo, por exemplo, houve um massacre

famoso do *Peterloo*¹⁷, no início do século 19, alguns trabalhadores reivindicando salários quando o governo mandou o exército. O exército matou muitos desses trabalhadores. O Massacre de *Peterloo* é um famoso evento, acho que o Bicentenário vai acontecer agora ou ano que vem. E, neste caso, houve muita demanda para tirar o exército da segurança pública e, logo depois, acho que Peel (Robert Peel) apareceu, não muito depois desse massacre, 1840 ou 50, propondo uma força baseada nas Forças Armadas e mais próxima ao cidadão. Houve muito apoio popular para esse modelo, eu acho. Os Estados Unidos, nos anos 60, talvez seja um outro exemplo que é assim mais para baixo. O que eu notei lá foi muita técnica saindo das Forças Armadas. Essas Forças Armadas estavam envolvidas na Guerra do Vietnã, usada para a população civil. Não o Exército, mas a Guarda Nacional. Por exemplo, as forças do SWAT, é "*Special Weapons And Training*", não é? É uma força mais paramilitar. SWAT, acho, apareceu nos anos 60, 70 para lidar com ameaças à ordem pública mas, basicamente, é um modelo militar e também a guerra contra as drogas promoveu muita tecnologia pesada para lidar com isso, o que é uma tendência, acho que talvez universal, em que os policiais, aproveitam a oportunidade de adquirir equipamento mais pesado, equipamento mais moderno tecnologicamente. É uma tentação buscar adquirir, apesar do fato de que talvez não seja necessário, não é mesmo? Houve um incidente em New Orleans, quando um atirador e um grupo da SWAT chegaram em cima do hotel e houve um tiroteio imenso. Acho que o cara morreu bem antes do final do tiroteio, os policiais estavam lutando entre si (risos).

S.S.: Verdadeira guerra civil, certo?

A.W.P.: É.

G.D.: O senhor mencionou mais cedo na entrevista essa questão de investimentos, o pessoal da área de exatas mais preocupado com projetos e essas questões de investimento para as pesquisas, e temos pensado muito aqui e nos deparado bastante com a importância e a contribuição que algumas áreas da ciência podem dar para as atividades policiais. E tendo em vista até mesmo esse conceito de Ciências

17 O Massacre de Peterloo (ou Batalha de Peterloo) ocorreu em St. Peter's Field, Manchester, no noroeste da Inglaterra, em 16 de agosto de 1819, quando a cavalaria atacou uma multidão de cerca de 60.000 a 80.000 pessoas reunidas em uma manifestação para buscar a reforma da representação parlamentar.

Policiais, propagado no Colégio Europeu de Polícias e em outras polícias mundo afora, e assim temos aqui mesmo, na Polícia Federal, um aporte forte das experiências científicas, correto?

A.W.P.: O lado forte da sua força, não é? Na parte científica.

G.D.: Aproveitando, qual a importância da contribuição da ciência para as atividades policiais? Nesse conceito de Ciências Policiais, ou seja, ciência e polícia andando junto para tentar tornar a investigação criminal possivelmente mais justa, certo?

A.W.P.: É superimportante. Eu vejo isso na minha própria cidade, tem muitas câmeras lá, e os policiais as usam. A Oxford Street, por exemplo, que é uma rua com muitos pedestres e muitas lojas, tem câmeras em cada poste de luz e os policiais ficam olhando para ver por exemplo roubos e furtos. Acho que é superimportante, mas não significa que não tenhamos que falar sobre os lados éticos, os limites. Por exemplo, quando Snowden (Edward Snowden) revelou o uso de tecnologia para o NSA (*National Security Agency*), para achar informações sobre pessoas. Houve muita indignação nos Estados Unidos. Tem pessoas conservadoras, direito ideológico, estavam indignados: “não pode fazer isso, não pode mexer com computador e baixar todos os e-mails da pessoa aleatoriamente”. Você tem que ter uma autorização, como aqui, certo? Você tem que ir a um juiz pedir autorização, explicar porque você está buscando essas pessoas. No Reino Unido não houve muita indignação, eu acho que seja porque eles são mais pragmáticos. Não tem uma primeira emenda da Constituição que garanta privacidade. Então, a reação lá é: “ok, todo mundo tá fazendo isso mesmo, não é uma novidade” (risos). Não houve muita reação e próprio *Guardian*, o jornal, só conseguiu publicar essas revelações do Snowden porque publicou simultaneamente nos Estados Unidos, que lá a imprensa é protegida com essa emenda primeira da constituição, o Reino Unido não tem isso. O *Home Office* disse para o *Guardian*: “você tem que destruir esses drives”. Mas isso é um exemplo de controvérsia no uso de tecnologia. Eu acho que vejo isso nos meus filhos. Meu filho que está estudando Economia começou com Matemática, minha filha, Bioquímica. Essa jovem geração valoriza muito a ciência e pelo menos as pessoas da minha família são muito melhores em termos de entender ciência do que eu. É superimportante integrar esses métodos. Como você disse, você pode conseguir na justiça,

através de coisas simples como a saliva revelando o DNA da pessoa. Isso foi usado muito no *Innocence Project*, um projeto criado por Barry Scheck, que era advogado do OJ Simpson, ele criou esse sistema de “vamos testar” o DNA de todas as pessoas aguardando execução, hoje, são várias que não combinaram geneticamente com os dados empíricos da cena do crime e essas pessoas foram soltas. Provavelmente vai muito além da minha capacidade de entender a Ciência (risos) e a tecnologia, deve ser uma parte superimportante na Polícia Federal. Às vezes, o lado triste é que, por exemplo, vocês têm provavelmente uma capacidade enorme, mas não necessariamente todas as pessoas no Brasil podem se beneficiar dessa tecnologia, porque os recursos são limitados e, nos casos federais que vocês estão investigando, pode-se aplicar a tecnologia, mas não necessariamente num pequeno estado longe de Brasília.

S.S.: O recurso é limitado e termina ficando restrito, às vezes. A própria Polícia Federal, pode ter recursos em um determinado local e, em outro, não, o que gera um certo prejuízo nesse aspecto.

A.W.P.: Porque cada estado tem pelo menos uma unidade, certo?

S.S.: Mas dentro do Estado temos delegacias que ficam longe do centro, e neste caso você tem localidades que, por exemplo, não tem perito, precisa chamar um perito de outro local, se for algo muito urgente, um flagrante, às vezes não dá tempo. Então, precisa esperar chegar e tal, isso termina sendo uma das questões estruturais, e isso em se falando de uma polícia que é uma das mais, senão a mais bem estruturada do país.

A.W.P.: O Júlio César mencionou também a necessidade de mais administradores e isso é uma coisa que eu noto na minha universidade. Tem professores fazendo muita coisa básica que um empregado administrativo pode fazer, mas nós estamos fazendo porque falta...

S.S.: Falta policial, correto? Falta muita coisa.

G.D.: E, não sei se lá na Inglaterra vocês têm uma, o senhor mencionou esse evento sobre Criminologia que ocorre...

A.W.P.: Sim, a conferência. Pode ser interessante para vocês.

G.D.: A questão de divulgação é concentrada ou é pulverizada, a divulgação científica nessa área da Segurança Pública, tem folhetins específicos, “*journals*” específicos?

A.W.P.: Eu tenho uma jovem aluna, ela defendeu a tese há dois anos e está no Westminster, na Criminologia. Posso perguntar a ela se ela tem alguns links para esses jornais especializados. Ela estudou no *Brighton*, e lá existe um departamento de tecnologia também, deve ter, estou um pouco desligado. Mas fazendo essa pesquisa de aproximar mais essas pessoas e essas organizações, posso passar essa informação. Porque isso é uma coisa típica de Londres, por exemplo, que é muito internacional, então chamam-se, profissionais de várias áreas e, provavelmente, tem americanos, não é? O FBI tem uma representação na embaixada e tem muita atração fora dos Estados Unidos, então, pode ser interessante e relativamente barato participar. Se vocês só mandam um ou dois representantes, esses dois podem divulgar depois também.

G.D.: Uma outra questão sobre a qual sempre tentamos dialogar com os colegas que vêm de fora é a respeito da pesquisa policial. Eu lembro sempre do texto do Bittner¹⁸ (Egon Bittner (1921-2011), pesquisa policial e trabalho policial). Ele faz uma crítica sobre os grandes problemas da pesquisa sobre a polícia, quando ela começou, lá nos anos 60 e 70, começou também de fora da polícia. E hoje, às vezes, somos solapados por algumas críticas. Principalmente algumas áreas, quando você estuda a atividade policial da instituição. Hoje nós estamos com a instituição olhando mais para o trabalho policial do que para a instituição polícia em si. Como você vê essa questão da pesquisa por parte da polícia?

A.W.P.: Talvez eu possa fazer uma pergunta para vocês. Vocês têm esse treinamento em Direito, não é? Para ser delegado de Polícia Federal. Que eu entendo, é óbvio que é importante porque cria um conhecimento no delegado das leis e se uma coisa é crime ou não, mas tem situações em que esse treinamento jurídico formal inibe. Quer dizer, um problema também que inibe uma atitude mais pragmática ou um estudo empírico mais detalhado. Há alguma proximidade do problema com um olhar diferente ou em geral há satisfação com essa formação?

18 BITTNER, Egon. Aspectos do trabalho policial. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

S.S.: Certamente, quando se entra na polícia, assume uma função policial, em especial a de delegado de polícia, um dos aspectos que chama a atenção é uma necessidade de um conhecimento na área de Sociologia, porque a atividade policial demanda esse conhecimento da sociedade. Saber como ela funciona em nossa práxis, de modo que alguns aspectos da Sociologia são muito importantes. A Criminologia também é importante, tanto que aos poucos está entrando no curso de Direito, mas ainda não é tão comum estudar Criminologia em cursos jurídicos; Sociologia, muito menos. Outra disciplina importante é também a de liderança. No cargo de delegado de polícia, por exemplo, a pessoa começa a trabalhar e já há necessidade de liderar uma equipe etc. Então, assim, existem alguns conhecimentos que não estão dentro do curso de Direito e que são demandados na atividade policial, principalmente no cargo de delegado, que é um cargo de chefia. É um cargo que você tem...

A.W.P.: Esses assuntos podem ser enfatizados no treinamento, ao seu ver?

S.S.: Sim! E aí, naturalmente, na medida em que se percebe essa carência, aos poucos isso vai sendo introduzido nos cursos de formação, mas talvez, se tivesse já a formação, desde o início, quando o delegado de polícia iniciasse o exercício da função, que é diferenciada e sobre a qual não se conhece um modelo exatamente igual. Tem-se muitos locais semelhantes, é verdade, por exemplo, no Canadá e nos Estados Unidos, por exemplo, falam sobre o cargo de delegado de polícia mais ou menos assim: “aqui seria mais ou menos como se fosse um ‘supervisor’, que é o policial que lidera a equipe” Mas não é exatamente, porque lá o policial não é formado em Direito, ele pode até adquirir isso ao longo da carreira, mas não é uma exigência para o cargo.

A.W.P.: José Vicente Tavares, do Rio Grande do Sul, você o conhece, um sociólogo, comparou o currículo em várias academias de polícia em vários países, acho que Canadá, Alemanha. Ele estava propondo mais Ciências Sociais. Foi questionado o estudo, um colega historiador disse: “Ciências Sociais? Não, precisa mais humanidades para entender a condição humana, não é?” Além de Gilson, teria um professor de Literatura talvez, Cinema (risos). Mas o trabalho dele é interessante nessa área, seria interessante comparar. Mas uma coisa que eu, voltando a sua pergunta Gilson, acho que seja fascinante também

é como escolher os casos no qual se concentrar, porque provavelmente não é tão problemática na Polícia Federal, mas por exemplo, delegacia de homicídios. Eu estava lendo um livro do Graham Denyer Willis, que se chama “*The Killing Consensus*”¹⁹, o consenso de matar, começa com o desafio de um delegado de homicídios, em São Paulo, em escolher qual homicídio vai investigar, porque tem centenas, e ele alega que muitas vezes tem a ver com o perfil da vítima. Se a vítima tem tatuagem, tem um passado no crime organizado, os estigmas sociais, há uma tendência de não os valorizar. Agora depende, se é pessoa com status social maior, com posição social, tem mais pressão em cima dos policiais: “tem que solucionar isso, tem que achar quem...”

S.S.: Parece que no Reino Unido há também um critério de economicidade, não é? Há que se decidir o que vale a pena investigar e o que não vale.

A.W.P.: Eu não sabia disso, não sabia que era tão brutal, mas eles são capazes disso, eles têm uma mentalidade totalmente mercantilista (risos).

G.D.: A seletividade chega a esse ponto.

A.W.P.: Sim, a Universidade é assim também, quando eu cheguei lá, agora não é mais assim, cada espaço era valorizado e o professor que quisesse usar um espaço tinha que pagar, dentro da sua própria Universidade. Então é um custo-benefício, acho.

S.S.: Custo-benefício. É o que temos visto. Isso me foi passado num encontro que participei em Madri, Espanha, em 2015, onde um policial de Londres, Reino Unido, apresentou uma operação e esclareceu essa questão. Em contrapartida, mencionei que no Brasil há uma cultura de obrigatoriedade de investigar tudo, ainda que não tenhamos condições de fazê-lo. Então temos que estabelecer um critério, e o critério geralmente é o que vale a pena em termos de custo. Eu não vou investigar um cheque que custa cem reais e gastar mil reais para isso.

19 WILLIS, Graham Denyer. *The Killing Consensus – Police, Organized Crime, and the Regulation of Life and Death in Urban Brazil*. University of California Press, 2015.

A.W.P.: Interessante. É basicamente economicista. Baseado nos custos.

S.S.: Mas eu acho que a pergunta do Gilson está mais ligada a questão do divulgar a atividade científica da polícia. Seria isso?

A.W.P.: É isso? Talvez eu não entendi bem a pergunta.

G.D.: Além de divulgar, e da própria polícia realizar pesquisas acadêmicas...

S.S.: Porque temos muita pesquisa vindo do sociólogo, a pesquisa vinda do cientista político...

G.D.: É como as nossas turmas aqui, nós estamos insistindo com os meninos assim: “Vocês têm que começar a fazer pesquisa”. E porque a gente tem uma vantagem muito grande que é estar dentro do próprio laboratório de pesquisa, coisa que muitas vezes quem está fora tenta ter acesso e não consegue. Você pega o caso lá, por exemplo, salvo engano, do professor Guaracy, Guaracy Mingardi, que fez um concurso para Polícia...

A.W.P.: Ah sim! Ele era policial civil, correto?

G.D.: Ele se tornou policial civil, então ficou vários anos, e nos anos de pesquisa dele ele trabalhou, foi um observador participante de fato.

A.W.P.: Sim, ele tem trabalhos interessantes.

G.D.: Depois ele saiu, falou assim: “bom, eu entrei para fazer minha pesquisa” (risos). As pessoas até o valorizam por causa disso, ele entrou, outros falam sem ter entrado. E não conseguem ter a visão que ele teve, porque estava dentro do regime, do regime de punição, do regime. Então, é a mesma coisa, por exemplo, de você chegar aqui...

A.W.P.: E tem um livro²⁰ sobre isso?

20 MINGARDI, Guaracy. *Tiras, Gansos e Trutas: Segurança Pública e Polícia Civil em São Paulo*. (Editora Scritta, 1991).

G.D.: Tem um livro sobre isso. Se você chegar aqui e me pedir assim: “eu posso fazer uma observação, não participante, durante um ano aqui”, mas você ainda não vai estar sob toda cultura normativa.

A.W.P.: Nesse sentido, seus alunos tem uma grande vantagem.

G.D.: Tem uma grande vantagem. Ao mesmo tempo, eles têm a crítica por estar dentro da instituição e a gente tenta combinar. Como é que combina a pesquisa desse pessoal que está dentro de seu próprio laboratório? E tem aquele problema das estatísticas oficiais. Que sempre somos orientados a... “desconfie das estatísticas oficiais”. Como fazer uma pesquisa dessa e não fazer uma estatística oficial?

A.W.P.: Eu notei isso em Pernambuco, por exemplo, os dados sobre crimes são diferentes, a Polícia Militar e a Polícia civil têm dados diferentes (risos). Mas tem uma grande vantagem. Isso foi um problema meu, eu estudei com os militares, mas nunca servi nas forças armadas, então tem coisas naturais que Vinícius²¹, meu colega que serviu como tenente do Exército, sabe de cor e que eu não conheço. Mas o problema talvez, para vocês pesquisadores, é ser críticos e céticos em relação à sua instituição e olhar as perguntas, criar essa distância, para fazer a pesquisa. A tendência, talvez, eu tenho alunos assim, que sabem tão bem a origem do problema, que para eles perguntar algo é realmente um desafio, um mistério. Eles vão criar uma pergunta que eles já têm a resposta.

G.D.: Quase uma descrição de uma narrativa que eles já conhecem. E não vão além daquilo.

A.W.P.: Exato! Não vão além.

G.D.: O que muitas vezes, para quem está fora, tem o interesse de saber esse cotidiano. Mas ele pode também, o que para a instituição é importante, às vezes, gerar um “*plus*”, numa resolução de um problema, por exemplo, que ele consegue identificar.

A.W.P.: E não sei também quando os seus alunos publicam. Eles podem estudar qualquer coisa ou tem áreas que são, não necessariamente, bem vistas para pesquisar?

21 Vinicius Mariano De Carvalho, King's College London, King's Brazil Institute.

G.D.: Normalmente, quando eles vão fazer a proposta sobre o que estudar, tem o *métier* acadêmico mesmo. A gente olha a capacidade de ter um “*advisor*”, uma pessoa que consiga orientá-lo e acompanhar aquele trabalho. E também se a temática é um estudo que seja importante e saliente naquele momento. Dou um exemplo de uma vez que uma pessoa, um aluno nosso queria estudar a capelania na Polícia Federal, que algumas polícias civis têm, como no Distrito Federal, salvo engano, tem capelania, tem Capelão, padre, que faz extrema unção, sei lá, e para outras coisas e não temos. Ele queria fazer um trabalho. E ele insistiu, insistiu, então falamos: “está bom, faça sua pesquisa, você quer fazer isso”.

A.W.P.: Entrou nas Ciências Policiais.

G.D.: Isso é um pouco mais antigo, “então faça uma proposta de que ponto você acha...”. Ele colocou como uma questão de um serviço social importante dentro da instituição, a capelania como sendo algo interessante, seria um auxílio a mais a atividade do policial caso ele necessitasse.

A.W.P.: Mas no início você estava se perguntando: “realmente isso cabe?”. Estudos de religião (risos).

G.D.: E ligado a esse ponto, voltando, temos aqui uma entrevista não estruturada. Queria que o senhor falasse um pouco sobre sua pergunta de partida, do projeto do senhor aqui dentro, sobre a questão do crescimento e a transformação do Estado brasileiro que, salvo engano, a pergunta era para que senhor tentasse pensar o que explica a capacidade, a qualidade única do Estado brasileiro que combina agências com a alta capacidade e proficiência técnica com outras que não são tão proficientes assim. E a escolha que o senhor fez dessas instituições que menciona, o Ministério Público, a Polícia Federal?

A.W.P.: Para mim o paradoxo do Estado brasileiro é extremamente sofisticado em algumas áreas. Por exemplo, eu falei com alguém da Índia sobre o Bolsa Família que vocês têm um CadÚnico. Vocês têm um registro de vinte e três milhões de famílias, pessoas que moram lá e esse cara nunca foi a base do pagamento. Esse CadÚnico foi a base do pagamento do Bolsa Família. Essa pessoa disse: “isso é impossível! A Índia não

tem esses dados, tem milhões de pessoas no campo que não tem conta bancária, que ninguém sabe nada delas”. Então, o Brasil tem isso. O Brasil tem a estrutura de gerenciar a macroeconomia super sofisticada. Tem outras áreas, a Polícia Federal é uma área super sofisticada, mas se você chega a algumas áreas remotas, tem-se coisas básicas da ordem faltando as vezes, não? Essa mistura, esse hibridismo, essa combinação das características dos Estados mais avançados do mundo com situações muito precárias, acho que é assim um desafio. Se eu fosse Tilly, eu tentaria explicar tudo (risos) através de um estudo que pega o sistema financeiro, quer dizer, o sistema de gerenciar a economia, Constituição, coerção, mas eu estou querendo, talvez isso seja injusto, usar a Polícia Federal como um “*proxy*” para o desenvolvimento do Estado em geral, que é pouco estudado. Não encontrei muito material nem muitos estudos relevantes, e isso ainda mudou bastante. Começou nos anos 40 com, basicamente, os guarda-costas para Getúlio, até uma força policial nacional com uma pasta enorme e de importância visível para os cidadãos. Nos casos da lava-jato, por exemplo, eu notei, em São Paulo, que o japonês está concorrendo para deputado (risos). Ele sumiu, não é? Não o vi por muito tempo, mas ele apareceu na televisão (risos). Isso por causa da importância simbólica da Polícia Federal como uma entidade tentando representar igualdade perante a lei, os direitos dos cidadãos. Devemos tentar entender essa transformação, eu sei que não vamos explicar tudo sobre o Estado em geral, porque esse é um assunto muito complexo e o Estado é dividido em várias sub instituições que têm seu próprio território. Mas se eu posso explicar algumas razões passa essa nacionalização e profissionalização, acho que pode ser uma contribuição ao nosso conhecimento. Claro, com mais diálogo com esses estudos sobre os policiais, a função dos policiais.

S.S.: Aí a pergunta, já estamos terminando, essa pergunta é comprida (risos)

A.W.P.: Pode responder sim ou não (risos)?

S.S.: O senhor acha que é possível falar em Ciências Policiais ou uma Ciência Policial no Reino Unido? e Entendemos Ciência Policial como uma atividade que visa propor soluções para problemas tipicamente policiais. A própria polícia, ou a pessoa de fora podem fazer ciência policial, mas são soluções para problemas tipicamente policiais. Geralmente, é feito pela polícia, mas também pode ser feito por pes-

soas de fora. Digo assim, o comum, o que costumamos ver é o estudo da polícia: o que é a polícia, o que denominamos como Policiologia.

G.D.: Resolução de problemas policiais.

A.W.P.: Dentro, olhando para...

G.D.: O trabalho policial.

S.S.: O trabalho policial enquanto ciência, porque ele está dando solução para problemas de responsabilidade da polícia.

A.W.P.: Posso responder em três meses (risos)? Eu vou pesquisar isso um pouco, porque o que eu vejo neste momento, em minha Universidade, é uma grande importância às questões militares. *War Studies* é um dos mais importantes departamentos que nós temos e cheio de historiador militar, sociólogo militar, cientista político, todo mundo pensando nas questões militares. Os policiais ficam muito invisíveis em comparação a essa visibilidade das questões militares. Minha intuição é que eles existem, mas não tem a proeminência que todos esses estudos militares têm, por alguma razão. Pode ser questão de *status* dessas várias forças. Mas imagino que, através de minha aluna, Roxana Cavalcanti, que é de Pernambuco, possa tentar mapear as publicações e pesquisas sendo feitas no MET, por exemplo, para dar um retrato melhor.

G.D.: Porque que você acha que se chama lá “*War Studies*” e aqui no Brasil e nomeamos “*Defense Studies*”? “Estudos de Defesa” e lá, “Estudos de Guerra”.

A.W.P.: O Lawrence Freedman²² foi o criador do departamento, ele muito “*old school*” (risos).

G.D.: É só uma curiosidade, porque eu fiquei pensando, aqui no Brasil nós temos nove áreas de conhecimento. A Defesa sempre quis se insurgir como uma nova área de conhecimento e o pessoal do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico) sempre foi restrito a isso, mesmo com o nome de Defesa, correto? Uma área “Estudos de Defesa”.

22 Sir Lawrence David Freedman (nascido em 7 de dezembro de 1948) é professor emérito de estudos de guerra no King's College London. Ele tem sido descrito como o "reitor de estudos estratégicos britânicos".

A.W.P.: Os Estados Unidos também mudou para “Defesa”.

G.D.: Lá se chama “*War Studies*”, parece estudos de guerra.

A.W.P.: De guerra. É um pouco diverso porque o próprio Ministério é “Defesa” também. Mas talvez um país que, diferentemente do Brasil, entrou muito em guerra na história (risos), o império britânico é guerra após guerra. Ele estava querendo assumir, acho que em parte isso é “*marketing*”. Eles também gostam de dizer que é o melhor departamento de “*War Studies*” do mundo. Provavelmente é, porque ninguém mais se chama assim, “*War Studies*” (risos). Mas acho que é...

G.D.: É uma questão de semântica.

A.W.P.: Uma pesquisa feita pela Universidade mostrou que muitas famílias que queriam mandar os filhos para o King’s não estavam querendo mandar o filho para o “*War Studies*”, especialmente as meninas: “isso é muito bélico, isso não é bom”. Então, eles criaram outro departamento, que se chama Economia Política, para atrair as pessoas que tinham medo do *War Studies* (risos). Mas continua, acho que talvez quando a velha guarda passar isso mude. “*Peace Studies*”, isso é bom (risos). Eles têm pessoas que estudam missões de paz, devem não gostar, tem aversão (risos).

S.S.: Professor, para concluir, quais são as possibilidades de intercâmbio de conhecimento para pesquisadores dentro dessa área de Segurança Pública, Ciência Policial no *King’s College of London*?

A.W.P.: O projeto que eu tenho em mente, não sei se esse cabe dentro dos seus planos, tem a ver com essa pressão para fazer um projeto para pesquisa financiado. Eu estou falando com alguns colegas lá, seria interessante fazer uma pesquisa comparada, comparando, por exemplo, o policiamento do Brasil, México e talvez outro país, talvez o Reino Unido, porque estamos lá. Se houver interesse, seria proveitoso desenvolver um projeto, pode ser bem modesto no início, por exemplo, o *Newton Fund*, fundo do governo britânico, tem recursos para mobilidade. Levar duas pessoas daqui para lá e vice-versa, fazer um “*workshop*”. Mas, no longo prazo, o desejável para mim é fazer um projeto de pesquisa junto com pessoas daqui. Vocês vivem por dentro a vida da Polícia Federal e tem muito mais conhecimento. Eu posso tentar reinventar a roda e descobrir todas as coi-

sas, mas estão nos seus dedos toda essa informação. Pode ser um projeto interessante, porque o geógrafo Jeff Garmany²³, que é meu colega e quer participar. Ele está terminando uma pesquisa sobre moradia no Rio, estudou o projeto “Minha Casa, Minha Vida” e está buscando outro projeto. Faz parte do nosso currículo sempre tentar. Eu tentei no ano passado um grande projeto sobre política externa brasileira, seria pela Fapesp. Chegamos na última etapa, mas não conseguimos o dinheiro. Então, gostaria de tentar de novo nessa área de policiamento. Gostaria de fazer algo, provavelmente até dezembro eu esteja comprometido em termos de escrever manuscritos, mas no início do ano, se houver o interesse em cooperar comigo fazendo uma proposta. Acho que tem um mundo na Fapesp, mas talvez tenhamos algumas no nível da Capes também, podemos tentar.

S.S.: Seria superinteressante. Acho que o primeiro projeto de pesquisa que eu participei dentro da polícia foi o estudo do inquérito policial, coordenado pelo doutor Célio (Jacinto dos Santos, delegado de Polícia Federal aposentado, ex-Coordenador da CAESP, atual CESP/ANP) Esse estudo foi concluído, mas se restringiu à compreensão da questão dentro das fronteiras do Brasil.

A.W.P.: E publicou isso na Revista?

S.S.: Eu acho que esse estudo não foi publicado.

G.D.: Não, esse não foi.

S.S.: Teve um relatório, mas acho que ele não chegou a ser publicado. Depois disso sempre tenho atuado nesse aspecto, de fazer as visitas aos países. Trabalhei na CPI-Pedofilia do Senado Federal, entre 2008 e 2011, e visitamos o Reino Unido, no caso Londres, Canadá, Estados Unidos, dentre outros. New Orleans (EUA) já é dentro de um outro aspecto de uma força-tarefa de proteção à infância. Os Estados Unidos lideravam e no Brasil, a Divisão de Direitos Humanos da Polícia Federal era representante. Mas fizemos alguns estudos e eu também cheguei a ir à Lituânia, ao Egito, pela *Internet Governance Forum* (IGF), também dentro dessa linha de falar o que a Polícia Federal estava fazendo na área de crimes cibernéticos, principalmente crimes contra os Direitos Humanos na Internet, os crimes de ódio e a pornografia

23 Jeff Garmany é geógrafo e pesquisador sênior do King's Brazil Institute, no King's College London (Reino Unido), cargo que ocupa desde 2017.

infantil. E essa ideia de conhecer o funcionamento de outro sistema é algo pelo qual eu sempre me interessei. Inclusive aqui, dentro da disciplina de Direitos Humanos, produzimos um estudo comparado, envolvendo Reino Unido, Alemanha e Brasil.

G.D.: Em relação a Direitos Humanos: tráfico de pessoas, pedofilia...

S.S.: Já é uma linha que me interessa assim.

A.W.P.: Pode ser muito produtivo, realmente a pesquisa e a publicação pode ser uma coisa que ajude vocês operacionalmente, pensando nos procedimentos.

S.S.: O que funciona, porque funciona, e tentar detectar algumas variáveis, o que que realmente tem de semelhante, dessemelhança, se existe o aspecto que é eminentemente policial, se independe das questões sociais, econômicas, geográficas e o que causa ou não um certo tipo de influência no meio-ambiente.

A.W.P.: Como você disse, as ciências policiais realmente combinam com muitas outras ciências.

S.S.: Multidisciplinar. Podemos “beber” nas disciplinas todas e tentar extrair o essencial.

A.W.P.: É relativamente nova então, no Brasil, essa disciplina Ciências Policiais?

G.D.: Nova, nova.

S.S.: Ela não é nova no mundo, mas a forma como estamos tentando construir aqui na Escola é diferente de todos os outros lugares.

A.W.P.: Eu vou buscar algumas publicações e tentar mapear esse desenvolvimento da disciplina lá, porque eu não conheço bem.

S.S.: Em nome da Revista Brasileira de Ciências Policiais, agradeço sua inestimável colaboração, foi realmente bastante proveitoso.

INTERVIEW WITH ANTHONY W. PEREIRA (KING'S COLLEGE LONDON) - PUBLIC SECURITY RESEARCH CONTEXT

ABSTRACT

This interview with Anthony W. Pereira, director of the Instituto Brasil at King's College London, addresses some questions about public security research and police science and the scenarios in Brazil and England, as well as other tangential issues. It is an interview that addresses several questions about how this research on police has been carried out in some locations in the world and the look on them.

KEYWORDS: Research, Police, Public Security, Police Science, Brazil.

ENTREVISTA CON ANTHONY W. PEREIRA (KING'S COLLEGE LONDON) - CONTEXTO DE INVESTIGACIÓN DE SEGURIDAD PÚBLICA

RESUMEN

Esta entrevista con Anthony W. Pereira, director del Instituto Brasil en el King's College de Londres, aborda algunas preguntas sobre la investigación de seguridad pública y la ciencia policial y los escenarios en Brasil e Inglaterra, así como otros temas tangenciales. Es una entrevista que aborda varias preguntas sobre cómo se han llevado a cabo estas investigaciones policiales en algunos lugares del mundo y su aspecto.

PALABRAS-CLAVE: Investigación. Policía. Seguridad Pública. Ciencia policial. Brasil.

PUBLICAÇÕES DO ENTREVISTADO

ARTIGOS

Brazil: Geopolitical Challenges in a Multipolar World: Introduction. Pereira, A. W., May 2017, In: *Rising Powers Quarterly*. 2, 2, p. 7-13 7 p., 1.

Nothing Succeeds Like Failure? Honduras and the Defense of Democracy in Brazilian Foreign Policy. Pereira, A. W., May 2017, In: *Rising Powers Quarterly*. 2, 2, p. 83-103 21 p., 5.

Federalism, multi-level elections and social policy in Brazil and India. Tillin, L. & Pereira, A., 2017, In: *Commonwealth and Comparative Politics*. 55, 3, p. 328-352 25 p.

The US Role in the 1964 Coup in Brazil: A Reassessment. Pereira, A. W., 20 Jun 2016, In: *bulletin of latin American research*. 14 p.

Is the Brazilian state "patrimonial"? Pereira, A. W., Mar 2016, In: *LATIN AMERICAN PERSPECTIVES*. 43, 2, p. 135-152 18 p.

Bolsa Família and democracy in Brazil. Pereira, A. W., 2 Sep 2015, In: *Third World Quarterly*. 36, 9, p. 1682-1699 18 p.

Continuity Is Not Lack of Change. Pereira, A. W., 1 Nov 2012, In: *Critical Sociology*. 38, 6, p. 777-787 11 p.

The neoliberal turn in Latin America: The cycle of ideas and the search for an alternative. Margheritis, A. & Pereira, A. W., May 2007, In: *LATIN AMERICAN PERSPECTIVES*. 34, 3, p. 25-48 24 p.

Brazil's agrarian reform: Democratic innovation or oligarchic exclusion redux?. Pereira, A., 1 Jun 2003, In: *LATIN AMERICAN POLITICS AND SOCIETY*. 45, 2, p. 41-65 25 p.

The Transformation of the Workers' Party in Brazil, 1989-2009. Pereira, A. W., Jun 2012, In: *PERSPECTIVES ON*

POLITICS. 10, 2, p. 518-520 4 p.

Participatory Institutions in Democratic Brazil. Pereira, A. W., 2011, In: *Luso-Brazilian Review*. 48, 1, p. 159 - 161 3 p.

Drugs and democracy in Rio de Janeiro: Trafficking, social networks, and public security. Pereira, A., Nov 2007, In: *Journal of Latin American Studies*. 39, 4, p. 885-887 3 p.

CAPÍTULOS DE LIVROS

Progress or perdition? Brazil's national truth commissions in comparative perspective. Pereira, A. W., 1 Jan 2017, *Democratic Brazil Divided*. University of Pittsburgh Press, p. 152-171 20 p.

Dilemmas of Brazilian economic development in the twenty-first century. Mattei, L. & Pereira, A., 1 Jan 2016, *The Brazilian Economy Today: Towards a New Socio-Economic Model?*. BFI Palgrave Macmillan, p. 3-25 23 p.

Human Rights and Military Abuses. Pereira, A., 2012, *Routledge Handbook of Latin American Politics*. Kingstone, P. & Yashar, D. (eds.). New York: Routledge, p. 114-130 17 p.

Rural Social Movements in Nicaragua. Pereira, A., 2012, *Contention in Context: Political Opportunities and the Emergence of Protest*. Goodwin, J. & Jasper, J. M. (eds.). Stanford: Stanford University Press, p. 59-82 24 p.

Of Judges and Generals: Security Courts under Authoritarian Regimes in Argentina, Brazil, and Chile. Pereira, A. W., 2008, *Rule by law: the politics of courts in authoritarian regimes*. New York, NY: Cambridge University Press, p. 23-57 34 p.

Public Security, Private Interests and Police Reform in Brazil. Pereira, A., 2008, *Democratic Brazil Revisted*. Kingstone, P. & Power, T. (eds.). Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, p. 185-208 24 p.

LIVROS

Understanding Contemporary Brazil. Garmany, J. & Pereira, A. W.,
20 Dec 2018, 1 ed. Oxon: Routledge. 254 p.

Political (in)justice: authoritarianism and the rule of law in Brazil,
Chile, and Argentina. Pereira, A. W., 2005, Pittsburgh, Pa:
University of Pittsburgh Press. 262 p. (Pitt Latin American
series)

Irregular armed forces and their role in politics and state formation.
Davis, D. E. & Pereira, A. W., 2003, Cambridge, UK:
Cambridge University Press. 419 p.



SOBRE A REVISTA

Formato: 16x24cm

Mancha: 37p9,543x54p3,969

Tipologia:

Várias

Papel:

Offset 75g/m² (miolo)

Supremo 250g/m² (capa)

Vol. 11 n. 2, mai/ago 2020.

Equipe de Realização

Projeto Editorial

COORDENAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DE POLÍCIA

Edição de Texto

STENIO SANTOS SOUSA

Editoração

RAPHAEL SANTOS LAPA

GILSON MATILDE DIANA

Revisão

MICHELLE STAPHANE MARQUES DA SILVA

Impressão e Encadernação

EQUIPE UEI/SPP/CESP/ANP

ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA

COORDENAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DE POLÍCIA